

Esperança e decepção: reflexões sobre a importância do voto no Brasil para as eleições legislativas de 2018, a partir da série documental "Rota Eleitoral".

Rafael Norton Ignachiti
Dr. Carlos Alberto Simioni

RESUMO

O artigo pretende jogar luz no debate sobre o voto no legislativo. O eleitor, principalmente o das classes mais baixas, sabe a importância do seu voto para os cargos de vereador, deputados e senadores? O que influencia sua escolha na hora de votar? O eleitor entende o sistema proporcional? Ele entende o papel de deputados e senadores no Congresso Nacional? Há diferença nesse entendimento nas diferentes regiões do Brasil? As condições socioeconômicas influenciam na participação política do cidadão? Em julho de 2018, o autor desse artigo viajou pelas cinco regiões do Brasil para as gravações de uma série exibida na Globo News, chamada "Rota Eleitoral". Procuramos entender como o eleitor escolhe seu voto para os cargos no legislativo. As redes de lideranças, os meios de comunicação, os interesses vindos da capital e a rede que financia as campanhas tiveram muita influência na escolha do eleitorado. Outro ponto importante é a compreensão de que a política é o caminho para resolver problemas cotidianos. O cidadão cada vez mais entende o quanto seu voto está relacionado com seus problemas diários. E nesse contexto, os Movimentos Sociais empenham papel importante na aproximação do eleitor com a política, e seu papel fundamental na manutenção da democracia.

Palavras-chave: Voto. Legislativo. Eleitor. Movimentos Sociais. Democracia.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade se polarizou e a política se transformou em um "Fla-Flu". O executivo passou a se ver cada vez mais nas mãos do Congresso, seja nas negociações de Impeachment, orçamento secreto, controle do grupo de parlamentares denominado Centrão, organização das bancadas, privilégios cada vez

maiores e muito mais. Diante disso tudo, é cada vez mais latente que se tente demonstrar como a mudança no país não depende só do voto para presidente.

Acompanho eleições no Brasil desde 1982 e aprendi quanto a votação para cargos proporcionais é pouco valorizada pelo eleitor. Essas escolhas são as últimas a serem feitas e as primeiras a serem esquecidas. (Jairo Nicolau, Representantes de quem? 2017)

Nossa pesquisa de campo foi feita nas cinco regiões do Brasil, em julho de 2018, durante 22 dias. Nosso objetivo foi levantar hipóteses do porquê o brasileiro não valorizar tanto o voto para o legislativo. As suas dificuldades no entendimento do processo proporcional e a função dos congressistas.

Usando a viagem como guia, pretendemos explorar quais são as dificuldades que o eleitor tem de compreender o processo eleitoral. Tanto a regra majoritária da contagem dos votos, como a pressão, em certas áreas do país, em se desprender do coronelismo histórico, muitas vezes influenciado pelo populismo do grande líder.

Nosso desafio foi encontrar gente disposta a falar num momento de grande crise política no Brasil, envolvendo grandes esquemas de corrupção. Esse artigo foi enumerado pelas regiões do país: Partindo da capital, dividimos em Sudeste, Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste e quais aspectos e movimentos sociais mais marcantes dos eleitores de cada região.

Os dados e informações constantes nesta pesquisa foram coletados durante os trabalhos de campo para a série "Rota Eleitoral", exibida na Globo News. Alguns trechos do artigo estão na série e outros depoimentos não foram usados na edição, porém aproveitados no artigo. A viagem foi feita em julho de 2018, durante 22 dias. Visitamos todas as cinco regiões do país, fazendo sempre uma capital e uma cidade do interior. Não nos prendemos a um questionário. As entrevistas tinham como norteador a realidade cultural e os movimentos sociais encontrados em cada cidade. A proposta do nosso trabalho teve caráter exploratório. Procuramos levantar hipóteses que nos ajudasse a traçar um perfil do eleitor brasileiro, uma pesquisa de campo dos anseios do povo na rua, e como ele vê o voto no legislativo. O gatilho foi a nossa cobertura do Congresso em 2016 - ali notamos a força que os deputados e senadores têm, seja através das bancadas ou do famoso centrão. Notamos que o Congresso tem o executivo na mão. Sem o Congresso, o presidente não governa. Esse jogo de trocas

entre os dois, naquele ano, culminou no processo de impeachment da presidente Dilma. A importância do voto para deputado e senador norteou nossa viagem.

1. História

Desde a formação das primeiras Pólis, quando o *Homus politicus* entende o poder de se inserir nas decisões políticas, até a apatia total por essa política, seja pelo autoritarismo, pelo próprio sistema local que exclui determinados grupos, e a falta de conhecimento dos mais pobres pelos seus direitos, o que leva ao descrédito e desconfiança no tema. Procuramos analisar como os Movimentos Sociais se formam - a juventude organizada, os sindicatos, a igreja, os grupos armados, as grandes corporações agrícolas, entre outros - e como o interesse desses grupos influencia as bancadas temáticas no Congresso.

A relação tumultuada de Executivo e Congresso vem de longe. Em 1824, foi instaurado o poder moderador, que garantia ao imperador amplos poderes para governar e interferir nas atividades parlamentares. O Rei tinha o poder de dissolver a Câmara dos Deputados. Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente da república, usou a força para reprimir revoltas e fechar o Congresso Nacional. Sem apoio político para manter-se no cargo, o marechal renunciou à presidência. Anos mais tarde, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas também dissolveu o Congresso e fez mais, extinguiu os partidos políticos.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso diz que no Brasil você não tem propriamente partidos fortes, mas o Congresso é forte. E o atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, em entrevista ao Globo do dia 23 de julho de 2023, diz que o Congresso hoje é ainda muito mais forte, pelo instituto das emendas impositivas. O ministro defende o movimento do governo de aproximação com os partidos do Centrão, oferecendo-os ministérios: *Na medida em que uma força política está sentada na Esplanada, penso que aumenta o comprometimento dela com os resultados do governo.*

O voto é um direito conquistado e, na sua origem, representa o eleitorado. A velha máxima de que o Congresso é espelho da sociedade se aplica hoje. Mas como essa sociedade se enxerga? Como ela analisa suas opções? Será que a livre escolha pode ser manipulada ou comprada? De um lado a gente tem uma estrutura que é tradicional, histórica no Brasil do clientelismo, coronelismo, do patriarcalismo. Do voto

que é praticado de acordo com o que eu possa receber. E o voto foi uma conquista do Brasil, principalmente depois de 1930, que até então mulher, analfabeto, uma parte expressiva da população não podia sequer votar. Isso avançou, mas os esquemas de captação do voto continuam muito determinados por essa conquista que não se dá entorno da essência da política - projetos, causas - mas sim pela possibilidade de individualmente ou em pequenos grupos, até familiares, se darem bem. Em muitos estados e cidades isso é muito evidenciando. O grupo político que chega no poder vai favorecer os seus, gerir os interesses particularistas, de denominações religiosas, de grupos específicos e não o bem comum.

2. O ponto de partida - Brasília

Nossa viagem começa na capital, Brasília. Os deputados e senadores fizeram a última votação antes do recesso no ano eleitoral. Ou seja, a partir desse momento é dada a largada para as eleições e para as campanhas eleitorais. Nos últimos anos, o presidencialismo de coalizão vem ganhando força.

Segundo Sérgio Abranches, em seu livro, *Presidencialismo de Coalizão*, o presidente precisa fazer acordos entre diferentes partidos para a governabilidade. Ele precisa distribuir cargos no governo, liberar emendas parlamentares e garantir benefícios aos partidos aliados, a fim de obter o apoio necessário para aprovar suas políticas. Nesse contexto, os partidos políticos têm uma posição de destaque, uma vez que possuem o poder de garantir ou bloquear as medidas propostas pelo presidente. O grupo denominado “Centrão” - grupo formado por deputados de partidos médios e pequenos, barram as votações na Câmara, não votam as medidas provisórias, atrasam a votação de crédito suplementar no Congresso, paralisando todo o governo – Esses são alguns dos mecanismos usados para se manterem e perpetuarem no poder. O Executivo negocia formas de comprar o apoio dos deputados nas votações no Congresso e assim conseguir governar. No plenário do Congresso, um dia antes do começo da nossa viagem em 2018, conversamos com alguns deputados.

O deputado chega aqui, ele olha o poder e cria um mecanismo de solidariedade no poder e ganha esse nome, esse título, centrão. E esse centrão é que funciona como um partido político exclusivo, próprio, e quer nomear ministros, quer controlar orçamentos, e aí que surge a grande corrupção no Brasil. (Miro Teixeira, deputado federal 11 vezes, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Antes do deputado se enquadrar em uma bancada temática, ou escolher fazer parte do Centrão, ele se elege a partir de uma bandeira. É como ele se vende para seu eleitorado.

Primeiro, o comprador de votos, não tem nenhuma ligação com a população e através do poder econômico se elege. Tem a celebridade que através do seu prestígio como artista, esportista, chega aqui com a popularidade que tem. Terceiro, o deputado municipalista. Alguém que já foi secretário estadual ou é líder no seu estado e desenvolve ligação com prefeitos e vereadores. O quarto é o cada vez mais raro, o deputado de opinião ou de segmento temático e o quinto é aquele que tem uma estrutura, uma máquina, ou religiosa, força sindical ou CUT, ou algum tipo de entidade empresarial, uma corporação que ele é porta-voz. As vezes o deputado mistura um pouco um perfil e outro, mas em geral é isso. (Marcus Pestana, dep. Federal, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

3. Região Sudeste - Capital escolhida - São Paulo/SP

Candidatura conjunta

Grande parte dos nossos entrevistados foi encontrado nas ruas, por acaso. Determinávamos um ponto de encontro ou de grande concentração de pessoas na cidade e abordávamos os eleitores ao acaso. Nesse contexto, na maior cidade do país, no Largo da Batata, em frente a saída do metrô Faria Lima, encontramos um grupo bem diverso que defende uma candidatura conjunta. Um grupo de pessoas se une para concorrer a um único cargo público. É o chamado mandato coletivo. O primeiro registro de uma candidatura coletiva foi em 1994. Esse modelo prevê que os candidatos, em conjunto, participem das sessões, discussões, plenários e integrem comissões nas casas parlamentares – assembleias estaduais, Câmara dos Deputados e Senado. Outro ponto importante é sobre o “titular” do grupo. Mesmo que as decisões e a vaga sejam compartilhadas com o grupo, é preciso que a candidatura coletiva tenha um titular, que será o responsável por assinar os relatórios, projetos de lei, votar em plenários e receber o salário do cargo. Em dezembro de 2021, o TSE autorizou que nas urnas apareça o nome do coletivo ao lado do “titular” da candidatura. Antes, aparecia somente o nome da pessoa sem nenhuma sinalização de que se tratava de uma candidatura coletiva. Acompanhamos a Bancada Ativista. As reações foram variadas. Durante a abordagem, a primeira coisa que os membros ressaltam é que não estão pedindo dinheiro, mas assim que o assunto “política” é jogado na conversa, a maioria dos pedestres sai correndo apressado. Os poucos que param desconfiam do novo modelo e reclamam mais da situação do país do que

escutam, ou tentam entender o propósito da abordagem. A participação política deveria ser um dos principais pilares da democracia, pois, teoricamente, permite que os indivíduos exerçam seus direitos e deveres cívicos e contribuam para a construção de um país mais justo e democrático. No entanto, muitos fatores podem influenciar a participação política do cidadão e sua compreensão do sistema político.

O predomínio de sociedades padrão 'classe média' pode levar ao individualismo nos países democráticos, em que o cidadão típico de classe média tende a se afastar das decisões coletivas, isolando-se em seu mundo próprio, por achar que ele dá conta de sua vida, independente dos demais. (TOCQUEVILLE, 1987)

A Força sindical

Karl Marx sempre disse que o poder político está nas mãos da classe dominante e que os trabalhadores devem lutar por representação política para conquistar direitos e melhorias nas condições de trabalho. O movimento sindical em 2018 perdia força com escândalos de corrupção. O sindicato já elegeu um presidente, mas naquele ano brigava contra a nova reforma trabalhista, recém aprovada no Congresso. No dia 20 de julho de 2018, fomos no prédio da Força Sindical na capital paulista para uma reunião convocada pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Paulo Pereira da Silva. Os trabalhadores ali sabiam da importância dos deputados. Na última eleição, a bancada tinha quase 80 parlamentares. Perder essa força é perder emendas e votações importantes para a categoria. Dois temas foram debatidos: O interesse dos trabalhadores nas eleições e o custo para se fazer um candidato. Numa das últimas Assembleias, havia 220 trabalhadores, na sua maioria mulheres. Muitas diziam que não votariam nas próximas eleições. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cerca de metade (53%) das eleitoras brasileiras votaram nas eleições de 2014. Muito da crise de representatividade é provocada pelas regras do jogo. Desde a nossa redemocratização em 1988, o país nunca teve uma eleição com a mesma regra que a anterior. Um ano você disputa as eleições e no outro você discute as regras do próximo pleito que você vai disputar. E quem determina as regras são os próprios candidatos. Entender as regras do jogo é difícil e essa dificuldade afasta o cidadão do jogo eleitoral.

Para as eleições de 2018, uma nova lei obrigou que 30% do financiamento público de campanha tivesse que ir para candidatura feminina. O problema é que a

máquina dos partidos dificulta muito o repasse de verbas, porque repassa para quem, por estimativa, tem possibilidade de mais voto. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a porcentagem geral de mulheres eleitas nas eleições de 2014 foi de aproximadamente 10,7%, enquanto nas eleições de 2018 esse número aumentou para cerca de 15%. É muito pouco, ainda mais quando se tem mais mulheres votando que homens no Brasil.

Grande parte das mulheres presentes na reunião do Movimento Sindical não acredita mais em políticos. A liderança do sindicato tenta argumentar que dessa forma quem vai se eleger são os candidatos dos empresários. De acordo com os números da Força Sindical, seus últimos adversários nas eleições passadas conseguiram eleger um vereador por São Paulo com 48.600 votos e gastaram cinquenta mil reais. Custou um real e três centavos o voto. O candidato representa uma esperança de transformação e é isso que a liderança quer vender. A lógica é de que quanto mais desgastado é o seu candidato, mais caro fica eleger esse candidato, porque o movimento sindical não é mais um cabo eleitoral tão eficiente como foi em outras épocas. Talvez a leitura correta que o movimento deva fazer é a de qual produto o trabalhador quer apostar agora. No final daquele ano, o seu então principal produto (candidato a presidente) não era tão popular, e acabou sendo derrotado.

3.1 Região Sudeste - Cidade do interior escolhida - Borá/SP

Candidatura feminina

Paola Novaes Ramos considera que a participação feminina na política é fundamental para a construção de uma democracia mais justa e igualitária. Fomos até o menor município do Estado de São Paulo, Borá, o segundo menor do país, com cerca de 900 moradores (2018). Procuramos a única escola da cidade - E.E. DR. JOSÉ DE SOUZA // E.M.E.I.F DE BORÁ. De manhã, a escola estadual tem aula do sexto ano até o terceiro do ensino médio e a tarde a escola é municipal. Lá, encontramos Adelina Mendes dos Santos, auxiliar de serviços gerais, que foi obrigada pelo partido a pagar R\$ 600,00 para se candidatar a vereadora em 2016.

Eu acho que por a gente ser mulher, eles pensam que a gente é incompetente. Em Borá, pra você ganhar voto tem que fazer promessa. E não adianta fazer promessa e depois não conseguir cumprir. Depois o governador, o prefeito não me ajudam, eu vou fazer como? Eu falei assim, gente, eu não vou prometer nada pra vocês, mas o que tiver ao alcance da gente e puder fazer, a gente vai fazer. Eu não vou ficar falando que

vou fazer e depois não consigo... aí, as cobranças vêm em cima de mim. Até porque eu não tive ajuda do partido. Eu paguei R\$ 600,00 pra poder entrar. Eu tive que pagar se quisesse entrar. Não vou tentar mais não. Não compensa, só gasta! (Adelina dos Santos, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

A proximidade com o político

Será que no interior o eleitor tem uma relação mais próxima com o voto? Será que a cobrança é mais fácil junto ao seu deputado estadual, ao seu vereador?

Eu cobro muito o vereador Robson. Eu ligo pra ele toda hora. Por exemplo, não tem farmacêutica no posto, aí dificulta pra dar o remédio errado, tinha fila no posto, porque ela não é treinada. Eu liguei pro Robson, pra ele trazer um farmacêutico, mas ninguém quer vir trabalhar aqui em Borá, né? Eu até tenho que ligar pro Robson porque eu tinha indicado um rapaz ótimo, mas ele já tá empregado. (Cecília Macedo de Amorim, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Paola Novaes Ramos destaca a importância de ampliar a representação das mulheres nos espaços políticos, tanto nos cargos eletivos como nas instâncias de decisão partidária. Segundo Ramos, as mulheres enfrentam desafios e obstáculos específicos para ingressarem e se manterem na política, como a falta de apoio partidário, os estereótipos de gênero e a violência política de gênero.

Na década de 1970, Dona Cecilia pegava seu cavalo e corria todas as fazendas da região convocando o povo para votar.

Eu gosto de política desde quando eu era jovenzinha, tinha meus quinze anos. Na minha época, era uma época muito difícil. Mulher trabalhava igual ao homem e ganhava menos. Nenhum político via isso, a gente sofria bastante pra poder sobreviver. Isso por volta de 72, 73. Naquele tempo eu ajudava muito o meu pai com boiada. Viajava com ele, então eu via o sofrimento do pessoal nas roças. Era muito difícil mesmo. O político lá só aparecia quando era eleição. Eu consegui registrar numa fazenda 100 mulheres que trabalhavam e não eram registradas igual aos homens por serem mulheres. Trabalhar faz bem, mas tem que ser reconhecido." (Cecília Macedo de Amorim, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

4. Região Norte - Capital escolhida - Belém/PA

O candidato outsider

Quando chegamos na cidade de Belém, já no taxi percebemos a insatisfação com a corrupção. A solução passou a ser o candidato outsider. Sérgio Abranches argumenta que a presença de candidatos outsiders no cenário político pode ser uma resposta à insatisfação do eleitorado com os políticos tradicionais e às demandas por renovação e mudança.

O taxista que nos leva do aeroporto ao hotel se chama André e tem 35 anos. Perdeu seu irmão vítima de assassinato por bala perdida. Ele analisa o cenário atual.

Hoje em dia quem se envolve muito é meu filho, de dezesseis anos. Ele me estimula. Internet o dia todo, no colégio, professor que tem partido, acha que o outro tá certo, sempre perguntando. A gente tem que se informar pra ajudar a informar o filho. A gente vai votar praticamente nos mesmos nomes. Começa pela honestidade e a história dos outros, tem muito ficha suja, muito tempo nos cargos e não resolve nada. Eu estou querendo novos. Renovar, do zero, se depender de mim. (André Paiva, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

As bancadas temáticas

São grupos formados por parlamentares que possuem interesses e objetivos comuns em relação a uma determinada temática. Esses grupos são compostos por deputados e senadores de diversos partidos políticos e atuam na defesa de seus interesses e na busca por legislação que beneficie seus setores, buscando influenciar nas decisões e na agenda política do país. A bancada evangélica tem experimentado um avanço significativo no Congresso Nacional brasileiro nas últimas décadas. Nos últimos anos, o número de parlamentares evangélicos eleitos tem aumentado consideravelmente, refletindo o crescimento e influência das igrejas evangélicas no país. De acordo com dados de 2021, a Frente Parlamentar Evangélica conta com mais de 200 membros no Congresso Nacional, distribuídos entre deputados federais e senadores. Enquanto alguns defendem a representatividade religiosa como legítima e necessária em um país de maioria cristã, outros criticam o suposto uso da religião para influenciar a política e a tomada de decisões que afetam a população como um todo. No mercado Ver-o-Peso, o peixeiro Rogério discorre sobre o tema.

Meu amigo e irmão em cristo, Edson, me chamou pra aprender um pouco, vir aqui ajudar ele. Ele já está aqui há 25 anos e eu só tenho uma semana aqui. Eu sou pastor, né? Cuido do povo de Deus, na igreja Assembleia de Deus aqui em Belém mesmo. Nós temos hoje pastores que são deputados, foram escolhidos pelo povo cristão. E a gente tem recebido na nossa igreja a visita de pessoas que querem o apoio cristão para serem eleitos e a gente vem avaliando cada pessoa que tem se apresentado pra gente estudar a escolha de quem a gente pode apoiar. É importante porque a gente vai ter alguém ali que a gente crê, no que a gente aprende através da palavra através da escritura que é a bíblia sagrada, que pode ser uma pessoa que vai ter fidelidade, compromisso, uma seriedade, vai ser alguém que não vai se corromper. (Rogério da Silva, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

4.1 Região Norte - Cidade do interior escolhida - Melgaço/PA

O voto de protesto

Em 2018, Melgaço é o município com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil. Foram 15 horas de viagem de barco de Belém até Breves. De lá, outra lancha, lotada, até Melgaço. No caminho de Breves até Melgaço, se vê muitas

igrejas nas margens do rio. Na lancha, conhecemos João Carlos - um cobrador de dívidas que foi até Melgaço coletar alguns pagamentos. João é mais um que diz buscar renovação.

Meu voto é de protesto. O voto de protesto é o eleitor dar um gelo nos políticos corruptos, nos prefeitos corruptos, eu penso assim. Botar os corruptos pra trás e tentar os novos políticos. Não é escolhendo, é excluindo. Excluir aquele que já sabe que é ruim, que foi um péssimo administrador. Eu chamo de voto de protesto. Não tem outra palavra. É protesto. (João Carlos, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

As eleições de 2018 foram marcadas por uma polarização política e pelo aumento do número de candidaturas de "renovação", especialmente no Legislativo. Abranches (1988) se refere à relação entre Executivo e Legislativo, e a maneira como essa relação influencia nas políticas públicas, já que o "presidencialismo de Coalizão" tem como consequência a fragmentação do poder político e a dificuldade para a implementação de reformas e políticas de longo prazo.

Em Melgaço, vamos até a igreja Matriz de São Miguel Arcanjo. Chegamos na hora da missa. Um mototaxista chega e para na rua esperando a missa acabar. É um jovem que conta que precisou abandonar a escola para trabalhar e sustentar a família.

Comecei ontem. Trabalho aqui é difícil. Só tem trabalho na prefeitura mesmo. Pra quem fez concurso. Falta de emprego grande, né? Tem que optar, pedreiro, vendedor ambulante. Tem pouco trabalho pra muita gente. Pros novos é mais difícil. Ganha menos, tem pouco trabalho. Trabalhei em roça, depois ajudante de pedreiro, carpinteiro. Tá faltando aqui indústrias pra gerar emprego para as pessoas. (Ronieri Souza da Silva, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

A falta de educação

O professor de geografia do município, Hélio Baía, diz que muito profissional na região só tem o ensino médio. Além disso, a infraestrutura é péssima, principalmente no espaço rural. As escolas têm problemas com esgoto, falta alojamento para os professores, os barcos que transportam os estudantes não estão adequados aos padrões de segurança recomendado. Poucos estudantes conseguem chegar ao ensino médio. A escola não chega em todos os lugares, principalmente no espaço rural, e lá estão 77% da população. O professor explica que na hora de votar, essa baixa escolaridade acaba desqualificando o voto. As pessoas são muito pobres e aí o voto se torna uma mercadoria de troca.

Pra mudar, só fortalecendo a educação, mas o jovem aqui se casa muito novo. Não tem renda, então começa a tirar o açaí, fazer farinha, trabalho de bico, carpinteiro, ajudante, e isso desgasta muito. Chega na escola, pra você ficar ali 3,4 horas, de noite, eles começam a se ausentar muito da escola. As meninas engravidam, as vezes são mães solteiras. Enfim, falta renda, esses jovens saem da escola. (Hélio Baía, série Rota

Ausência do Estado

Na obra “Ausência do Estado: Ensaios sobre política e sociedade” (BORBA, Julian), explora a ideia de um mundo despótico, onde as estruturas governamentais são frágeis, inexistentes ou estão corrompidas. O autor reflete sobre as consequências desse vazio de poder e como os personagens lidam com isso, as diferentes formas de poder que podem surgir nesse contexto. Sem uma autoridade centralizada, surgem líderes carismáticos, grupos paramilitares e até mesmo comunidades autônomas. Essas dinâmicas exploram as contradições da natureza humana e as diferentes maneiras pelas quais as pessoas buscam suprir a falta de governo.

No município de Melgaço, a ausência do Estado é muito clara. Não tem lugar onde o esgoto não corre a céu aberto. Internet não funciona. A única forma de se comunicar são orelhões antigos. Muitas casas de palafita. Quando a construção avança pro tijolo, ela para no cimento. Depois que acaba a rua principal, o chão piora muito, a terra batida vira barro puro e os motoqueiros zigzagueiam para conseguirem avançar. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Câmara Municipal estavam fechados, assim como a prefeitura - parecia abandonada. A tinta que indicava “Prefeitura Municipal” estava descascada. A gente atravessa a cidade toda, passa pela entrada da cidade e vai até o outro lado. Nessa região, não só as casas são de palafitas, as ruas também. O rio passa embaixo das tábuas. De um lado as casas e do outro, pequenos decks improvisados com pequenos barcos ancorados. E no meio de tanta casa simples, uma igreja enorme. É a maior construção do local. Única em cimento com azulejos coloridos em tom laranja e vermelho na fachada e uma área boa cimentada para usar como garagem. O pastor da Assembleia de Deus explica o trabalho da igreja na região.

Nós fizemos um trabalho com jovens e adolescentes aqui, com quase 900 jovens reunidos. E alguns deles, são pessoas que nós tiramos das drogas, do vício, pessoas que davam trabalho para a sociedade. Então, aonde o governo não chega com o social, a gente chega com o social e com o espiritual. Então a gente ocupa, sim, porque você não tem um trabalho voltado para recuperação dos jovens. Só sabem fazer festas. Festival de verão, quadrilha, tudo isso. Se você olhar, nada disso recupera, porque no meio tá a droga, tá a bebida, tá o crime. Então, se você ver nossa política 30 anos atrás, praticamente não se ouvia falar em evangélicos no poder. Hoje essa história mudou. É uma proteção. (Joizael Coelho dos Santos, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

5. Região Nordeste - Capital escolhida - Salvador/BA

Marketing político

Julian Borba destaca que a imagem do candidato desempenha um papel fundamental na percepção do eleitorado e na construção de sua confiança e apoio. Ele enfatiza que é preciso criar uma imagem positiva e coerente, que esteja alinhada com os valores e propostas do candidato, a fim de conquistar a confiança e o voto dos eleitores. Além disso, Borba ressalta a importância de utilizar estratégias de comunicação eficazes para construir uma imagem sólida e atrativa. Ele destaca o uso das redes sociais como ferramenta de aproximação com o público e a participação em eventos públicos como forma de estabelecer uma conexão pessoal com o eleitorado. Segundo Borba, a imagem do candidato pode influenciar tanto pessoas que já possuem afinidade com suas ideias como aqueles que estão indecisos.

Na nossa viagem de 2018, tivemos a oportunidade de conversar com dois marqueteiros políticos. Um profissional mais novo no mercado, que vamos conhecer na região Sul do país. E outro mais experiente, que inclusive assume a campanha do presidente Lula em 2022.

É importante saber que esse processo de campanha política eleitoral só tem, fundamentalmente, aqui no Brasil. Na minha opinião, um formato totalmente errado. Você fecha um horário na televisão gratuito que quase ninguém assiste. As pessoas acham uma chatice, tem 7%, 8% de audiência. E ainda tem os comerciais. E se gasta uma fortuna com isso. Essas campanhas parecem o império Romano com aquelas obras, aquela grandiosidade toda. Qual lugar do mundo faz isso que tá sendo feito aqui no Brasil? Na Inglaterra o deputado federal vai de porta em porta - lá é distrital. Aqui o deputado pega o estado todo. Como ele vai conseguir ir ao estado todo, como ele vai conhecer o estado todo? Aí acaba acontecendo compra de voto, coisa desse tipo. (Sidônio Palmeira, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Participação política dos movimentos sociais

Nessa perspectiva, Borba (2012) destaca que a participação política pode ser influenciada por diversos fatores como cultura política, recursos materiais, ideologia, entre outros. O autor argumenta que a participação política pode ser classificada em diferentes modelos, incluindo o modelo de participação cívica, o modelo de participação convencional e o modelo de participação conformacional. Cada um desses modelos é caracterizado por padrões distintos de ação política.

Já Fuks (2012) destaca que o ambiente de socialização também pode influenciar a participação política dos indivíduos, especialmente dos jovens. Nesse sentido, as atitudes, cognições e comportamentos políticos dos pais, amigos e

professores podem ter um impacto significativo na formação das opiniões políticas dos jovens.

Ainda em Salvador, encontramos o "Virada Política". Um movimento, que existe desde 2014. Nasceu em São Paulo e logo chegou em Salvador, onde une pessoas da esquerda, direita, e mais liberais. O importante é discutir política, para além das ideologias e partidos.

Política é isso, né? Pensar em soluções, de forma conjunta, pra resolver o problema. (Eelson Barbosa, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Porque renovar política vai além de renovar os parlamentares. É renovar o cidadão. Pra ter um "outsider" é muito Difícil. Dizem que é o candidato do PSL (Bolsonaro), mas o cara tem mais de vinte anos de Congresso... Por isso, eu acho que a gente tem que renovar o cidadão primeiro, pra que ele entenda a importância da política, porque não adianta ficar desacreditado da política porque não há caminho fora dela. (Davi Santiago - advogado, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Esse é o ponto de convergência aqui. Independente de direita ou esquerda, todo mundo aqui acredita que precisa renovar as ideias e o eleitor. (Isabela - estudante, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

E quais as dificuldades que vocês vêm enfrentando?

Há muito tempo, a política não tem dado muitas respostas e quando a gente não encontra resposta no que a gente acredita, a gente começa a cair na descrença, começa a cair em discursos sedutores e fáceis, dos revolucionários. É difícil, mas a gente precisa pensar na política, fora das eleições, entender que uma decisão dentro da nossa casa é uma decisão política. Pensar nisso, fora da caixa, pra não desacreditar e achar que é só política de quatro em quatro anos, tradicional, que não dá em nada... Essa é a maior dificuldade. (Alessandro - tecnologia da informação, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

5.1 Região Nordeste - Cidade do interior escolhida - Pojuca/BA

Votos brancos e nulos

Por outro lado, a apatia política é outro fator que pode influenciar a participação política dos cidadãos. Kahn (1997) destaca que a apatia política é muitas vezes resultado da falta de engajamento dos cidadãos nos processos políticos e de sua exclusão dos espaços de decisão política. Ramos (2009) argumenta que a apatia política pode ser vista como uma forma de protesto dos cidadãos contra o sistema político, em que os votos em branco, votos nulos e abstenções são uma maneira de expressar sua insatisfação com o processo eleitoral.

Segundo Nicolau (página 15 - Representantes de quem? 2017) - Nas eleições de 2014, 15% dos eleitores que foram votar anularam ou apertaram a tecla "branco" na disputa para a Câmara dos Deputados. Em 2002 foram 8%, 2006, 11% e 2010,

12%. De Salvador, fomos de carro até Pojuca. A cidade foi a que teve mais votos em branco nas eleições de 2014. A construção de um pedágio na saída da cidade abalou a confiança na política. Além disso, o prefeito teve o mandato cassado pela lei da “ficha limpa”. Em Pojuca, as grandes famílias dominam o poder por séculos.

Se você votar em um candidato, não pode votar no outro. Até falar não pode. Eles são vingativos, entendeu? Você fica acoado, pode perder o emprego, fica sem credibilidade na cidade, esse tipo de coisa. Aqui são só duas famílias que dominam a política. Um é família Leite, né? E o outro é o Laudano. (Rita Costa, dona de casa, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

João Batista é professor e escritor. Escreveu o livro Pojuca, o arraial da passagem.

Como todas as cidades do interior do Brasil, Pojuca ao longo do século XIX, século XX, se revessa no poder as famílias que têm a maior força econômica. Final do século XIX era a força do açúcar, então os senhores de engenhos que mandavam na política. Depois Pojuca se emancipa, já no século XX, 1.913, e aí os comerciantes e industriais da cidade vão se revezar no poder, os criadores de gado, oligarquia rural. E na segunda metade do século XX, a alternância entre duas famílias que se revessam no poder. Ou eles mesmos, ou alguém que eles apoiam. Todo Nordeste é assim, até algumas capitais. Aparece, eventualmente, novas lideranças, mas não conseguem se afirmar diante do poder que conquistou já esses políticos tradicionais. (João Batista, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

6. Região Sul - Capital escolhida - Porto Alegre/RS

A nova campanha política

As redes sociais ajudaram a melhorar as chances de candidatos com menos verba para suas campanhas. Em 2018, ela se tornou uma ferramenta fundamental para a comunicação entre candidatos e eleitores. A disseminação de informações instantâneas, a facilidade de interação e a possibilidade de alcançar um grande número de pessoas de forma direta e personalizada têm transformado a forma como os políticos se comunicam com o público. Essas plataformas permitem a criação de campanhas segmentadas, direcionando suas mensagens para audiências específicas, com base em interesses, localização geográfica e demografia.

No entanto, é importante ressaltar que o uso das redes sociais nas campanhas políticas também pode apresentar desafios. A disseminação de fake news, por exemplo, tem se tornado um problema recorrente, sendo necessário que os candidatos tenham cuidado ao compartilhar informações e verifiquem sempre a veracidade dos conteúdos antes de publicar. Em Porto Alegre, encontramos o segundo marqueteiro nessa viagem. Um jovem publicitário que maximiza seu tempo

para conseguir fazer inúmeras campanhas. Matheus estava gravando um candidato policial em frente à delegacia em que trabalha:

- *(Candidato) Com melhores equipamentos, com mais treinamento, melhores automóveis e com mais munição e armas para as polícias.*
- *(Matheus) Agora naquele tom, meio dando aula e depois tu vai subindo o tom, tá?*
- *(Candidato) Segurança se faz tirando a paz do criminoso e devolvendo para o cidadão.*

Cara, a gente tá produzindo vídeos pra utilizar na internet, em redes sociais, com candidato a deputado estadual, aqui de Porto Alegre, mas com limite apertado pra fazer campanha. Eu estou trabalhando com cinco campanhas, desde deputado estadual até governador. Um é feito com muito pouco dinheiro e bastante improvisado, e a outra que tem mais recursos disponíveis com mais disponibilidades técnicas. 2014 ainda tinha mais recursos, esse ano tá mais complicado para as empresas, agências, porque como tem pouco dinheiro para os candidatos, acaba que a tomada de serviço de empresas fica mais complicado, mas em contrapartida isso é bom para profissionais como eu, que tem uma maior mobilidade. Em duas campanhas eu atendo sozinho, em outra eu terceirizo pessoas e na outra eu sou contratado e faço parte da engrenagem. (Matheus Mendes, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

O candidato que acompanhamos lê um texto feito por Matheus, seu marqueteiro. O policial tem dúvidas, caso eleito:

- *(Candidato) Eles precisam saber que existe uma polícia forte, autorizada a fazer de tudo o que é preciso para salvar os inocentes e a tua liberdade, eles têm que ter medo da vítima, que tem o direito de andar armada. Vou fazer uma lei? Como lei?*
- *(Matheus) Um projeto de lei, vai fazer um projeto de lei.*
- *(Candidato) Mas isso aí é coisa do executivo.*
- *(Candidato) Não, tu propões a lei, tu podes propor.*

Mario Fuks argumenta que um candidato político mal preparado é um problema sério para a democracia e para a governança eficaz de um país. Um candidato mal preparado pode não ter o conhecimento necessário para lidar com os desafios e problemas complexos enfrentados pela sociedade, sendo facilmente influenciado por interesses particulares ou populistas, em detrimento do bem comum.

6.1 Região Sul - Cidade do interior escolhida - Esteio/RS

Movimentos Sociais (Cultura)

Cultura também é política. Através da cultura, são transmitidos valores, ideias, tradições e identidades que podem ter impacto no campo político. A cultura pode ser utilizada como ferramenta política para promover mudanças sociais, abordar questões de justiça social e dar voz a grupos marginalizados. As artes, por exemplo, têm sido utilizadas ao longo da história para criticar governos autoritários, reivindicar direitos civis e promover a igualdade de gênero.

Na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, um Centro de Cultura ocupa o lugar deixado pelo Estado. Jovens se juntaram para criar um espaço de cultura.

A cultura Hip-hop chegou no final dos anos 70 e 80 e também no Rio Grande do Sul, na esquina democrática em Porto Alegre foi o ponto de disseminação do hip-hop pro estado inteiro. A nossa geração que iniciou no início dos anos 2000 na cultura hip-hop, passando 2010 a gente aprovou uma lei do hip-hop em Esteio que nos fez pensar, se aprovamos uma lei podemos fazer algo mais pela cultura da nossa cidade e do nosso estado. 2012 a gente reuniu uma galera que queria pensar coletivamente sobre a cultura hip-hop e com isso, desde então a gente foi pensando numa casa de hip-hop. Até que a gente conseguiu abrir a maior casa de hip-hop da América latina, independente, com 1.656 metros quadrados de área, com diversas oficinas. A gente tem que acreditar que participando faz a diferença, nos trouxe até aqui, porque hoje contamos com diversas pessoas que estão mobilizando a política de forma social e em rede a gente concretizou esse sonho que é a casa. (Rafael Diogo dos Santos, Rafa Rafuagi, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

7. Região Centro-Oeste - Capital escolhida - Cuiabá/MT

Participação política das minorias (os indígenas)

A participação política das minorias no Brasil tem sido marcada por desafios e conquistas ao longo da história do país. A falta de representatividade desses grupos diminui a possibilidade de políticas públicas efetivas que atendam às suas demandas. Existe uma cultura política ainda dominada por grupos privilegiados, que dificulta a entrada e ascensão de minorias nos cargos políticos. Além disso, há também a questão do financiamento de campanhas, que muitas vezes é concentrado em poucos grupos, excluindo as minorias que têm menos recursos para lançar candidaturas.

A partir de 1988, os indígenas no Brasil ganharam o direito de cidadão comum, tendo os direitos e as mesmas responsabilidades de um cidadão brasileiro. Desde então, os índios têm direito ao voto nas eleições. E além do voto, passou também a

poder se candidatar. Em Cuiabá, fomos na sede da FUNAI, e encontramos um vereador indígena.

Na verdade, muito antes de ser uma liderança, a gente já via o trabalho dos nossos pais, avós, tios nas lideranças indígenas. Ainda criança a gente via esse trabalho e sabia da importância das lideranças. E as lideranças potencializava a sua luta, os seus movimentos através das articulações políticas, né? Principalmente na renovação da constituição de 88, onde os índios ganharam doze artigos muito importantes, o 231, que reconheceu ao índio seus direitos diferenciados no país. E o 232, a autonomia dos índios se auto representar através de suas organizações sociais. Essas conquistas foram de suma importância na articulação política. Então desde cedo eu vi que a política foi importante para as nossas conquistas. Fui candidato em 2008 em Tangará da serra, a quinta maior cidade do Mato Grosso. Foi uma experiência boa e ruim, né? O lado positivo foi a gente ter enfrentado uma batalha numa cidade em que menos de 0,5% é população indígena, a gente ter conseguido chegar a ser eleito entre doze vagas, o oitavo, e também essa candidatura vencida teve o voto dos não indígenas, então isso foi o lado positivo, de você abrir portas dentro das políticas municipais pra população indígena. Porque os estados e municípios não veem o índio como cidadão de seus locais. Eles falam que o problema do indígena, quem cuida do índio é a esfera federal. Então esse paradigma que a gente ajudou a quebrar. E o lado ruim foi que eles me tiraram. Fizeram uma CPI na Câmara Municipal e me tiraram do cargo e só depois de cinco anos que eu consegui provar na justiça que eles estavam errados. (Genilson André Kezomae, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

7.1 Região Centro-Oeste - Cidade do interior escolhida - Sinop/MT

O coronelismo

Sinop é relativamente jovem, tem 41 anos. Grande parte da população veio dos estados do sudeste e sul do país. O comércio, movido pelo agronegócio, é forte. Nas ruas da cidade vimos escritórios de contabilidade e advocacia, imobiliárias, cabeleireiros, loja de suplemento alimentar, restaurantes, um pub, dentistas, lojas de roupas - nessa ordem, uma atrás da outra de um lado da rua, até chegar na prefeitura muito bem cuidada, pintada em verde e amarelo. A cidade tem quatro faculdades: federal, estadual e duas particulares. Até 2004, o que dominava a região eram as madeiras. Em 2005, a Polícia Federal deflagrou a Operação Curupira, que prendeu muitos madeiros. O negócio das madeiras deu lugar, em 2007, 2008, a produção de soja.

O coronelismo foi um sistema político e social que predominou no Brasil durante a República Velha (1889-1930). Esse sistema era caracterizado pela influência e poder dos coronéis, que eram grandes proprietários de terras, líderes políticos locais e chefes de grupos econômicos. Esses homens tinham grande controle sobre a vida política e social de suas regiões, exercendo poder sobre a população local, os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários de terra. Eles tinham influência sobre

as eleições, interferindo tanto na escolha dos candidatos como na contagem dos votos. Segundo Anderson Passero, taxista na cidade, essa realidade ainda é forte na região.

Mato Grosso é uma terra de ninguém. Então tem muitos fazendeiros por aí... tem muitas áreas por aí que quem manda é quem tem poder. Porque tem um aí, não posso falar o nome, não pode falar. Tem umas cidades aí que falam que são os gados eleitoral dele, entendeu? O povo é as vacas, entendeu? Esse homem manda e a população vota. É o gado eleitoral. Lá pelas bandas de Juára - 283km de Sinop. (Anderson Passero, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

O agronegócio e o meio ambiente

No governo de Jânio Quadros, o Brasil adentrou nas florestas atrás do crescimento econômico e o avança das indústrias. Desde então, o meio ambiente passou a se ver no caminho de muitos empresários e negócios no país. Fomos conversar com um grande empresário do agronegócio da região.

Nos últimos cinco anos é público e notório que o PIB agrícola está sustentando nosso Brasil. Então, se o nosso PIB maior fosse o turismo, com certeza a maior bancada seria do turismo. O que sustenta o comércio, a indústria, a região aqui é a agricultura. Então o deputado para atender os anseios do seu eleitor, ele tem de defender a causa. Nós temos um problema recente aí que uma liminar de uma juíza proibiu o uso de glifosato. Hoje na agricultura brasileira é impossível plantar sem glifosato. A bancada ambientalista é da cidade. Ela não sabe o que é lá no campo, lá na roça. O que é produzir sem um produto químico que protege a planta de fungos e insetos. Há cinquenta anos atrás, era manual a agricultura. Pra limpar a roça era inchada. Hoje, para nós produzirmos o que produzimos hoje, é impossível voltar no tempo da inchada. Então esse ambientalista, ele fala sem conhecimento de causa. Defende uma coisa que nem ele sabe o que tá defendendo. Já a bancada ruralista, ele tá na base, ele sabe o que é lá roça, sabe a nossa necessidade. A preocupação em cuidar da terra é muito maior da nossa parte do que a do ambientalista. A gente protege o que nos dá o sustento. A gente não veio aqui acabar com o negócio que Deus criou, não, nós queremos melhorar, cada geração que passa, deixar muito melhor para os nossos filhos, para que eles continuem produzindo para alimentar a cidade. (Neri José Querelelo, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Ainda em Sinop, acompanhamos uma operação de enfrentamento ao desmatamento conduzida pelo IBAMA. A viagem foi escoltada pela Polícia Federal. Depois de cinco horas por estradas de terra, a equipe chega na fazenda. O dono da propriedade entra na sua caminhonete e leva a equipe do IBAMA até a área com as toras ilegais derrubadas. Andamos quase uma hora por estradas de terra até chegar numa abertura no meio da mata. É um grande clarão onde centenas de toras estão espalhadas. Elas são enfileiradas e empilhadas por tamanho e grossura. Os agentes do IBAMA, de posse dos documentos e notas fiscais frias, conferem tora por tora. São 105 toras de Ambarás; 104 de morcegueira, igarapês, cambara, cedrinho, garapera, amescla, sucupira, favera. Depois de fiscalizar tudo, o funcionário do IBAMA explica

para o fazendeiro onde fica o manejo do fazendeiro e onde as toras dele foram parar. Fala do esquema de crédito que é ilegal. Fala das espécies que não podem ser retiradas. O acusado do crime ambiental argumenta.

Olha, do jeito que tá, não dá mais. Nós estamos bem massacrados, então tem que ter alguém que defenda a gente porque o agricultor, pelo amor de Deus, nos últimos tempos tá sendo massacrado. E todo mundo tem que ter um representante, né? Tem que ter representação porque hoje em dia a política... se não fosse essa bancada aí, a gente já tinha quebrado tudo, já tinha quebrado todo mundo. Eu já falei: o agricultor tinha que parar, plantar 30%, todo mundo, um ano. Ia ganhar muito mais e ia dar uma lição em todos esses caras que acham que o agricultor é o bandido. Era só fazer isso. (Celso Rosato, fazendeiro, série Rota Eleitoral, 2018)

Um levantamento preliminar da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) indica que a bancada ruralista na Câmara dos Deputados saiu fortalecida do último pleito eleitoral (2018). Segundo o estudo, 263 dos 513 dos deputados federais eleitos (51%) estão ligados ao setor. Desse total, 139 (27%) já são membros da frente parlamentar e foram reeleitos; e 124 (24%) são novos deputados ligados à agropecuária.

O meio ambiente não te dá recursos pra financiar campanha. Acabou o tempo em que meio ambiente, de certa forma, poderia ser usado para ajudar a fazer campanha. Hoje, o que dá rendimento? Pessoa plantar, extrair madeira, é uma forma de obter ganho. E com o meio ambiente eles acreditam que não têm ganho. Manter floresta é ter prejuízo. Isso acontece na Amazônia com as terras indígenas. Garimpeiros e madeireiros invadindo essas terras. Não há uma vez que a gente vá em uma terra indígena fazer fiscalização e não encontra uma dessas frentes de exploração. As terras indígenas na Amazônia estão todas comprometidas. (Edevar Sovete, chefe da divisão técnico ambiental do IBAMA – MT, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

Eu acho que a população não entende a importância de ter ambientalistas lá, defendendo as leis ambientais. Ambientalistas tem. Muitos. Mas no Congresso são poucos. A população que tem que colocar eles lá, né? Já a bancada ruralista, mais de 200 deputados, né? Eles representam o setor produtivo, com dinheiro, que sabe que ter representação lá dentro é importante. E tem aquele pensamento atrasado de que as leis ambientais é um entrave para o desenvolvimento econômico, desenvolvimento do país... E não é nada disso. Tem como você se desenvolver, produzir seguindo as regras ambientais... um depende do outro, o setor produtivo também depende de um ambiente equilibrado. Mas o discurso do PIB, que o agro tá salvando a balança comercial, nossa economia, esse é o discurso da bancada ruralista, que eles usam e que acaba sendo bem recebido pela população. (Cláudio José Roilo, analista ambiental, série Rota Eleitoral, Gnews, 2018)

8. REFLEXÕES GERAIS

As duas maiores reclamações que ouvimos, em todos os cantos do país, naquela eleição, eram sobre a insegurança e a corrupção. O candidato que surfasse bem essas duas ondas teria mais chances de ir bem nas urnas. A insegurança faz com que muita gente escolha um deputado ligado a polícia, um delegado por exemplo.

E a corrupção fez muitos eleitores escolherem um nome ligado à igreja, pois em tese seria um candidato que teria princípios, ou seja, não roubaria. É a bancada evangélica e a bancada da bala ganhando força no Congresso. Essas bandeiras defendidas pelos candidatos ao legislativo também foram usadas no Executivo.

O interesse do cidadão pela política nunca foi tão pequeno e essa repulsa só mantém os que já estão no poder. O maior vilão naquelas eleições - a corrupção - reveladas nas manifestações de 2013 e 2016, refletiu no desânimo com a classe política. O velho político de carreira se viu desacreditado. O eleitor não queria mais o mesmo. O candidato que se vendia outsider, como novo, ganhou muito espaço, mas abriu caminho para o candidato mal preparado. No bojo do candidato "fora do esquema", vieram os que já tinham anos de experiência no baixo clero. Souberam vender o que o povo queria ouvir e fecharam acordos com quem mantém a máquina funcionando.

Nas regiões Norte e Nordeste, em grande parte do interior, as campanhas políticas na televisão e no rádio ainda têm força decisória, mas o grande avanço naquelas eleições foi o marketing feito nas redes sociais. O candidato se aproximou do eleitor e criou canais de comunicação de mão única que facilitou a venda de suas qualidades largamente ampliadas. Essa onda reflete muito nas bancadas temáticas no Congresso. Grupos de interesses se fecham em círculos e aumentam suas forças de acordo com interesses em comum. E o candidato percebe esse caminho já nas eleições, e quando eleito, perpetua seu mandato defendendo a sua, ou suas, bancadas. E como tudo é uma rede em Brasília, essas bancadas se estruturam numa força ainda maior denominada - Centrão - que domina o executivo, mantendo o legislativo no controle das grandes verbas.

Em nossa viagem nos deparamos com algumas realidades ainda muito fortes em todas as regiões do país. Seja em qual região for, o interior é ainda mais atrasado historicamente. O coronelismo ainda controla a política e quanto mais pobre a cidade for, e menos escolarizada, mais controlado o cidadão, e mais viciado o voto. No interior também se vê um maior atraso em relação ao voto feminino, afugentado pelo machismo estrutural e a baixa escolaridade. No interior, em maior número no nordeste e norte do Brasil, se vê um avanço das instituições - principalmente a igreja - que procuram ocupar o lugar deixado pela ausência do Estado.

O que vimos em 2018 foi o Brasil fazer uma curva à direita na sua história. Difícil cravar o porquê, mas nossa viagem levantou algumas hipóteses que vinham ganhando força desde a segunda eleição da presidente Dilma. Foi a vitória mais apertada da história, depois de uma crise econômica forte no ano anterior. Essa crise acelerou o embate entre o executivo e o legislativo. O Congresso travou e o país não andou mais. Tudo isso resultou no processo traumático do impeachment em 2016 e dois anos turbulentos do governo Temer. A gente viu isso tudo refletido na nossa viagem. Um profundo desânimo com a classe política, muito potencializado pelas redes sociais que acabou separando o Brasil em dois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a população que elege o candidato. Nenhum político chega em Brasília por decreto. O Congresso Nacional é um espelho da opinião pública. O que buscamos levantar em nossa pesquisa foi: como o Brasil se enxergava em 2018? Naquele momento, a operação Lava-Jato influenciava muito a opinião pública. O eleitor estava decepcionado com os escândalos de corrupção revelados. Essa decepção se somou a crise econômica turbinando a crise política naquelas eleições. Dessa forma, naquele ano, a população olhou para o espelho e disse que estava feio, que não gostava do retrato.

Nesse contexto, os movimentos sociais ao redor do Brasil crescem e ganham importância. Movimentos como a Candidatura Coletiva, a força Sindical, grupos de jovens e de comunidades que tentam mostrar ao eleitor comum que seu voto tem valor. A batalha nas redes sociais cresce, e só a fiscalização diária dos eleitores sobre os eleitos, e a educação pra todos, podem mostrar ao brasileiro que a política está no seu dia a dia, na sua casa, no seu bairro, na sua escola, na sua cidade, no seu país, e o interesse nela tem que ser de todos.

Nossa pesquisa de campo buscou entender o que o eleitor pensa no voto para o legislativo. Mas o que a gente encontrou nas ruas é um país que pensa que a solução ainda está no executivo. Cada lado vê o seu candidato como herói, salvador, um grande líder populista. Essa disputa cega o voto no legislativo – a verdadeira máquina que governa o país. E o que vimos é que a importância dada nesse voto continua muito pouca. Por exemplo, perguntamos em todas as cidades o último

candidato para deputado federal que o eleitor tinha votado e cerca de 90% dos entrevistados não lembrava. E se não lembra, não cobra. E se não cobra, tudo continua na mesma.

Nossa maior dificuldade nas ruas era começar a conversa falando de política. Entendemos que a primeira abordagem nunca podia ter esse tema logo de cara. Descobrimos que o povo brasileiro quer falar, quer contar sua história, dizer o que faz e pra onde quer ir. Quando compreendemos isso, nossa pesquisa avançou, porque o tema "política" vinha sempre na sequência. Descobrimos naquele momento que falar de política logo de cara era delicado, um assunto velado porque o debate ficou perigoso.

Em 2022, o país virou novamente de direção e o gatilho principal o mesmo – crise econômica, dessa vez agravado pela pandemia. A maioria esmagadora do eleitorado brasileiro continua sem saber o que fazem os deputados e senadores, o Fla-Flu continua, e as fichas continuam lançadas num salvador. Os que poderiam mudar esse quadro, com mais informação e educação, são os que se mantêm no poder, girando as engrenagens, ditando as regras do jogo. Nesse contexto, os Movimentos Sociais e Culturais são as esperanças de se colocar nomes mais esclarecidos, vindos da população, nesse jogo antigo e viciado.

REFERÊNCIAS

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. Soc. estado. [online]. 2012, vol.27, n.2 [citado 2018-07-25], pp.263-288. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200004>

BORBA, Julian. A ausência do Estado: Ensaio sobre política e sociedade. - Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006. [online] https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/11392916022012Ciencia_Politica_a_ula_1.pdf

FUKS, Mario. (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, 18(1), 88-108. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>

KAHN, Tulio. (1997). Apatia política e credo democrático. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (39), 175-197.

RAMOS, Paola Novaes. Alheamento eleitoral: reflexões sobre o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções na teoria política contemporânea. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 170–199, 2009.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Zahar, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Paz e Terra, edição de 2008.

ROTA ELEITORAL. (2018). Série de três episódios e um documentário, exibidos no canal Globonews, (<https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/globonews-documentario/v/7054506/>)

